ISSN-e [2675-5602]

Global Academic Nursing Journal

ARTIGO ORIGINAL

Identidade de gênero e interseccionalidade no contexto afro-diaspórico

Gender identity and intersectionality in the Afro-diasporic context

Identidad de género e interseccionalidad en el contexto afrodiaspórico

Aiarlen dos Santos Meneses[1*]
ORCID: 0000-0001-7425-5004
Cristiane Maria Amorim Costa[1]
ORCID: 0000-0003-1089-2092
Marcelo José Derzi Moraes[1]
ORCID: 0000-0003-0086-5314
Alessandra dos Santos Meneses[2]
ORCID: 0009-0005-0012-6302

[1]Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
[2]Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia, Brasil.

Como citar este artigo:
Meneses AS, Costa CMA, Moraes MJD, Meneses AS. Identidade de gênero e interseccionalidade no contexto afro-diaspórico. Glob Acad Nurs. 2026;7(Spe.2):e604. https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200604

***Autor correspondente:**
aiarlenmeneses@hotmail.com

Submissão: 08-09-2026
Aprovação: 05-10-2026

Resumo

Fundamentado nas epistemologias decoloniais, na teoria da interseccionalidade e em referenciais da filosofia Iorubá, este artigo analisa as experiências de homens negros transexuais a partir da perspectiva da interseccionalidade, considerando as articulações entre raça, gênero, vulnerabilidade, resistência e ancestralidade no contexto afro-diaspórico. Trata-se de estudo descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de entrevistas semiestruturadas com quatro homens negros transexuais, selecionados por meio da técnica de amostragem em bola de neve. Os participantes foram identificados pelos codinomes: Odé, Neutron, Ikorita e Idajo. A análise dos dados foi realizada por meio do software Iramuteq 0.8 alpha7, para processar o corpus textual derivado de quatro entrevistas, apresentando um aproveitamento de 88,56%, resultado que está acima do esperado de 70%. Evidenciou que a experiência de ser negro e transexual produz sobreposições específicas de violência, discriminação e exclusão, envolvendo dimensões raciais e transfóbicas. Ao mesmo tempo, os relatos revelaram a existência de redes de pertencimento, afetividade, expressão identitária e resistência. Os resultados apontam ainda para a necessidade de superar perspectivas universalizantes e eurocêntricas na compreensão das experiências de gênero e raça. Conclui-se que a abordagem interseccional, articulada à filosofia Iorubá e à bioética decolonial contribuem para políticas públicas orientadas pela justiça e dignidade.

Descritores: Homens Negros Transexuais; Interseccionalidade; Filosofia Iorubá; Decolonialidade; Identidade de Gênero.

Abstract

Grounded in decolonial epistemologies, intersectionality theory, and Yoruba philosophical frameworks, this article analyzes the experiences of Black trans men through the lens of intersectionality, considering the interplay of race, gender, vulnerability, resistance, and ancestry within the Afro-diasporic context. This is a descriptive, qualitative study based on semi-structured interviews with four Black trans men, selected via the snowball sampling technique. The participants were identified by the pseudonyms Odé, Neutron, Ikorita, and Idajo. Data analysis was conducted using Iramuteq 0.8 alpha7 software to process the textual corpus derived from the four interviews, achieving a utilization rate of 88.56%, a result exceeding the expected 70%. The study revealed that the experience of being Black and trans generates specific, overlapping forms of violence, discrimination, and exclusion involving both racial and transphobic dimensions. Simultaneously, the accounts revealed the existence of networks fostering a sense of belonging, affectivity, identity expression, and resistance. The results also highlight the need to move beyond universalizing and Eurocentric perspectives when understanding experiences of gender and race. It is concluded that an intersectional approach, integrated with Yoruba philosophy and decolonial bioethics, contributes to public policies guided by justice and dignity.

Descriptors: Black Trans Men; Intersectionality; Yoruba Philosophy; Decoloniality; Gender Identity.

Resumén

Basado en epistemologías decoloniales, la teoría de la interseccionalidad y referencias de la filosofía yoruba, este artículo analiza las experiencias de hombres negros transgénero desde una perspectiva interseccional, considerando las articulaciones entre raza, género, vulnerabilidad, resistencia y ascendencia en el contexto afrodiaspórico. Se trata de un estudio descriptivo, con un enfoque cualitativo, desarrollado a partir de entrevistas semiestructuradas con cuatro hombres negros transgénero, seleccionados mediante la técnica de muestreo en cadena. Los participantes fueron identificados con los nombres en clave: Odé, Neutron, Ikorita e Idajo. El análisis de datos se realizó utilizando el software Iramuteq 0.8 alpha7 para procesar el corpus textual derivado de las cuatro entrevistas, obteniendo una tasa de éxito del 88,56%, superior al 70% esperado. El estudio puso de manifiesto que la experiencia de ser negro y transgénero genera superposiciones específicas de violencia, discriminación y exclusión, que incluyen dimensiones raciales y transfóbicas. Al mismo tiempo, los relatos revelaron la existencia de redes de pertenencia, afecto, expresión de identidad y resistencia. Los resultados también señalan la necesidad de superar las perspectivas universalizadoras y eurocéntricas en la comprensión de las experiencias de género y raza. Se concluye que el enfoque interseccional, articulado con la filosofía yoruba y la bioética decolonial, contribuye a políticas públicas guiadas por la justicia y la dignidad.

Descriptores: Hombres Negros Transgénero; Interseccionalidad; Filosofía Yoruba; Decolonialidad; Identidad de Género.

Introdução

A discussão sobre identidade de gênero e interseccionalidade no contexto afro-diaspórico exige uma análise que transcenda os limites da teoria e adentre as vivências concretas de corpos marcados pela história, pela raça e pela resistência. As trajetórias de pessoas negras trans e não conformes de gênero revelam as fissuras de uma sociedade estruturada na colonialidade e no patriarcado. O corpo negro, generificado e racializado, é um território político, onde se inscrevem tanto as violências quanto as possibilidades de reconstrução identitária.

Kimberlé Crenshaw cunhou o conceito de interseccionalidade ao evidenciar como raça, gênero e classe operam de forma simultânea na produção de desigualdades. Para ela, as mulheres negras não podem ser compreendidas apenas sob uma lente de opressão racial ou de gênero, pois suas experiências são resultado da interação entre múltiplas estruturas de poder. No contexto afro-diaspórico, essa perspectiva é essencial para compreender como os corpos negros dissidentes de gênero vivenciam exclusões específicas e, ao mesmo tempo, constroem estratégias singulares de resistência[1].

A identidade de gênero, quando situada dentro da experiência negra, adquire contornos próprios. A colonialidade impôs modelos binários e heteronormativos de sexualidade, negando a pluralidade dos corpos e das expressões de gênero que existiam nas culturas africanas pré-coloniais. As sociedades iorubás, por exemplo, reconheciam a complexidade das identidades e não reduziam o ser humano a uma estrutura rígida de masculino e feminino. O encontro com o colonialismo europeu, entretanto, destruiu essas cosmovisões, instaurando uma moralidade patriarcal e cristã.

A diáspora africana foi, portanto, também uma diáspora de corpos e identidades. A imposição da escravidão e da dominação cultural gerou não apenas a perda de territórios físicos, mas também de territórios simbólicos e corporais. As experiências de pessoas negras trans e travestis carregam essa herança histórica, pois continuam a ser alvo de exclusões sistemáticas que negam seu direito de existir plenamente. A interseccionalidade, nesse sentido, é um instrumento teórico que permite compreender como essas camadas de opressão se entrelaçam e produzem vulnerabilidades múltiplas.

Ao mesmo tempo, o contexto afro-diaspórico é também um espaço de criação e reinvenção. A resistência das comunidades negras sempre foi marcada pela reconstrução da identidade e pela revalorização das ancestralidades. Dentro desse processo, as pessoas negras trans reconfiguram o sentido do corpo e da existência, afirmando sua humanidade diante de uma sociedade que insiste em negá-la. A luta pelo reconhecimento de gênero e pela liberdade corporal é também uma luta pela descolonização do ser. Para autores, a interseccionalidade:

> *[...] transita entre espaços acadêmicos diversos, nos quais a definição conceitual se encontra em construção, no âmbito das experiências e das práticas, onde se desenrolam as lutas políticas em prol da justiça social. Ambos os campos se comunicam e são atravessados por disputas e debates intensos. A amplitude dos sentidos atribuídos ao termo, por feministas, ativistas, pesquisadoras, confere-lhe um lugar especial e inegavelmente controverso, especialmente porque articula teoria e prática, fundando uma práxis interseccional"*[1:2].

Os autores enfatizam que a interseccionalidade não é apenas uma soma de identidades, mas uma ferramenta analítica que revela as interdependências entre os sistemas de poder. No caso das pessoas negras trans, a marginalização não é apenas resultado do racismo ou da transfobia, mas da interação entre ambos. Essa compreensão é fundamental para formular políticas públicas e práticas sociais que não reproduzam a invisibilidade e o silenciamento desses sujeitos[1].

A invisibilidade é uma das marcas mais profundas do racismo e da transfobia. Na mídia, na política e até nos movimentos sociais, as vozes das pessoas negras trans raramente ocupam o centro do debate. Essa ausência reforça o que Crenshaw chama de "apagamento interseccional", ou seja, a tendência de invisibilizar as experiências que não se encaixam nas categorias tradicionais de análise. O resultado é a perpetuação de políticas que falham em atender às demandas reais dessa população[2].

O corpo negro trans, ao desafiar as normas coloniais de gênero, torna-se um símbolo de resistência. Sua existência é um ato político, pois confronta a lógica da branquitude, do patriarcado e da cisnormatividade. Dentro da diáspora, esse corpo carrega a memória de um passado ancestral que reconhecia a fluidez e o sagrado em todas as formas de vida. Assim, a luta por reconhecimento não é apenas social, mas também espiritual e cultural.

Como ressalta Oyěwùmí[3:8]:

> *"A dificuldade da aplicação de conceitos feministas para expressar e analisar as realidades africanas é o desafio central dos estudos de gênero africanos. O fato de que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos) e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais".*

Essa tensão evidencia a necessidade de desconstruir a hegemonia epistêmica ocidental que tenta universalizar conceitos produzidos em contextos históricos, culturais e políticos específicos. As teorias feministas eurocêntricas, ao se apresentarem como modelos universais de análise, acabam apagando as formas próprias de organização social, de poder e de identidade existentes nas sociedades africanas. Em muitas delas, as relações entre homens e mulheres não se estruturam sob o mesmo eixo hierárquico e excludente do patriarcado ocidental, mas sim em sistemas de complementaridade, interdependência e funções sociais dinâmicas[3].

Dessa forma, pensar o gênero em contextos africanos exige um esforço de tradução cultural e epistemológica, um deslocamento do olhar. É necessário

compreender que as categorias de gênero não são fixas, mas construídas em diálogo com as cosmologias, espiritualidades e práticas sociais locais. O que está em jogo, portanto, não é apenas a inclusão das mulheres africanas em teorias já existentes, mas a criação de paradigmas analíticos que emergem das próprias experiências africanas, capazes de revelar outras formas de ser, saber e resistir.

Essa abordagem decolonial do gênero de Oyèrónké Oyěwùmí desafia as narrativas universalistas e amplia o campo dos estudos feministas, convidando-nos a reconhecer que há múltiplas epistemologias femininas e que o feminismo, para ser verdadeiramente emancipador, precisa ser plural, situado e sensível às realidades culturais que pretende interpretar.

As religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, oferecem perspectivas que rompem com a rigidez dos binarismos. Nelas, os orixás expressam múltiplas dimensões de gênero e energia, revelando uma cosmologia onde o masculino e o feminino coexistem e se complementam. Essa visão filosófica e espiritual contrasta com a imposição colonial cristã, que associou o corpo e o prazer à culpa e à punição. Retomar essas epistemologias é um caminho de resistência e cura para os corpos afro-trans[4].

No entanto, a violência institucional ainda marca profundamente a experiência desses sujeitos. No sistema de saúde, na educação e na justiça, o preconceito se manifesta de forma direta e simbólica. A falta de políticas afirmativas específicas e o despreparo dos profissionais perpetuam um ciclo de exclusão. A bioética, nesse contexto, precisa se abrir à pluralidade epistêmica, reconhecendo que a ética da vida deve incluir todos os modos de ser e existir[5].

A perspectiva afro-diaspórica convida a pensar o corpo não como objeto, mas como território de saber e ancestralidade. O corpo negro trans não é um desvio, mas uma expressão legítima da diversidade humana. Ele carrega em si a potência de um conhecimento que resiste à colonialidade e que questiona os limites impostos pela normatividade ocidental. É nesse corpo que se inscrevem a história, a dor e a esperança de um povo que se recusa a desaparecer.

A teoria de Crenshaw ajuda a desvelar como a estrutura social produz desigualdades que se reforçam mutuamente. O racismo legitima a exclusão econômica, que, por sua vez, intensifica a vulnerabilidade de gênero. No caso da população trans negra, isso se traduz em menor acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho, resultando em taxas alarmantes de violência e mortalidade. Essa realidade evidencia que a luta por equidade deve ser interseccional, ou não será[2].

No campo acadêmico, ainda há um déficit de pesquisas que abordem a interseccionalidade sob a ótica afro-diaspórica. A maioria das teorias de gênero foi construída a partir de paradigmas brancos e eurocêntricos, ignorando as particularidades históricas e culturais da experiência negra. Assim, é urgente valorizar produções intelectuais de autoras e autores negros que discutem gênero, raça e sexualidade desde o lugar da diáspora e da resistência.

A produção de conhecimento deve ser também um ato político. Ao incluir as vozes negras trans nas narrativas acadêmicas, rompe-se o ciclo de silenciamento e se reafirma a legitimidade desses saberes. A interseccionalidade, nesse sentido, é também uma metodologia que desafia as hierarquias epistemológicas, reconhecendo o valor das experiências vividas como fonte legítima de conhecimento. A vivência é, portanto, um dado político e científico.

A colonialidade do saber impôs uma epistemologia única, apagando formas diversas de compreender o mundo. No contexto afro-diaspórico, recuperar saberes ancestrais é parte fundamental do processo de descolonização. A filosofia Iorubá, com sua ênfase no equilíbrio e no respeito à diversidade, oferece uma alternativa ética que dialoga com a bioética contemporânea. Essa integração de saberes amplia o horizonte da justiça social e da dignidade humana[1,6].

A identidade de gênero, portanto, não pode ser vista como uma construção isolada. Ela está inserida em um contexto histórico de opressão e resistência. Para as pessoas negras trans, assumir sua identidade é um ato de reexistência, uma afirmação de que o corpo é também um espaço político. É nesse corpo que se manifestam as cicatrizes da colonialidade e as marcas da ancestralidade que insiste em florescer[3].

O reconhecimento dessas múltiplas dimensões é essencial para construir políticas de cuidado e proteção que respeitem a diversidade. A bioética, ao dialogar com a filosofia africana e com a teoria interseccional, pode oferecer novas possibilidades para o pensamento ético. Trata-se de uma bioética decolonial, capaz de compreender que a justiça deve considerar as diferenças como parte da condição humana[7].

A experiência afro-diaspórica nos ensina que o ser é sempre coletivo. A identidade de gênero não se constrói sozinha, mas nas relações, nas comunidades e nos afetos. O pertencimento, nesse sentido, é um ato de resistência. Para os homens e mulheres negras trans, a coletividade representa abrigo e força diante de um mundo que tenta constantemente apagá-los. A solidariedade é, portanto, uma forma de sobrevivência[8].

O pensamento de Crenshaw, ao articular opressões cruzadas, reforça a necessidade de uma análise social que leve em conta a complexidade dos sujeitos. A interseccionalidade não é uma moda teórica, mas uma ferramenta política para enfrentar as desigualdades estruturais. No contexto afro-diaspórico, ela revela que a luta contra o racismo e a transfobia é inseparável da luta por reconhecimento e dignidade[2,9].

A reconstrução da identidade negra trans é também uma reconstrução simbólica. É preciso recontar as histórias, ocupar os espaços e redefinir os significados. O corpo, antes visto como alvo de controle, torna-se meio de expressão e de liberdade. A arte, a música, a dança e a religião são linguagens através das quais esses corpos existem, transformando dor em potência e silenciamento em discurso[10].

No Brasil, país marcado por desigualdades raciais e de gênero, discutir interseccionalidade é um imperativo

ético. A população negra trans é a mais vulnerável às violências físicas, simbólicas e institucionais. A ausência de políticas afirmativas e o racismo estrutural perpetuam a exclusão e o genocídio desses corpos. Pensar políticas públicas de forma interseccional é reconhecer essa realidade e agir para transformá-la[10,11].

O conceito de interseccionalidade, ao ser aplicado à experiência afro-diaspórica, amplia o entendimento sobre identidade e justiça. Ele convida à escuta das vozes que foram historicamente silenciadas e à reconstrução de um olhar sensível à pluralidade[2].

Refletir sobre identidade de gênero e interseccionalidade no contexto afro-diaspórico é um ato de compromisso com a vida. É reconhecer que cada corpo negro trans carrega a força de uma ancestralidade que nunca foi vencida. A interseccionalidade nos ensina que libertar-se das opressões exige olhar para todas as dimensões que compõem o ser. E é na confluência entre teoria e ancestralidade que nasce uma nova ética: uma ética da existência, da resistência e do amor.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar as experiências de homens negros transexuais a partir da perspectiva da interseccionalidade, considerando as articulações entre raça, gênero, vulnerabilidade, resistência e ancestralidade no contexto afro-diaspórico.

Metodologia

A pesquisa se insere no campo das epistemologias decoloniais, questionando os paradigmas universalizantes da bioética ocidental e valorizando a ancestralidade africana como fonte de conhecimento. Nesse sentido, o presente artigo é produto da tese de doutorado intitulada "Ona ti aye: Analisando o itinerário social do negro transexual homem e propondo uma bioética sob as perspectivas da filosofia Iorubá". A metodologia adotada é o estudo do tipo descritivo, com abordagem qualitativa, que visa responder a questões particulares, seus significados e subjetividades, a partir da vivência dos atores sociais[12].

Os participantes da pesquisa foram quatro homens pretos transexuais, profissionais de diferentes segmentos (saúde, educação, direito, artes, etc.) e seguidores de religiões diversas, incluindo matrizes africanas. A escolha dos participantes seguiu critérios de intencionalidade e representatividade simbólica, buscando refletir a diversidade de experiências dentro do recorte racial, de gênero e de espiritualidade. Para a seleção dos participantes da pesquisa, utilizou-se a técnica de bola de neve. Para Ochoa[13], bola de neve é uma técnica de amostragem não probabilística em que os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos. A semente para a presente pesquisa foi um homem negro transexual ativista que lidera uma liga transexual na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro contato com a semente foi para explicar o objetivo da presente pesquisa e a importância que trará para o grupo de homens negros transexuais. O presente ato teve como objetivo obter o apoio da semente para a indicação de outros participantes. A semente, nome dado ao apoiador que fez o contato inicial com os possíveis participantes da pesquisa. Através dela, foram contactados via *WhatsApp* 38 homens transexuais negros, sendo que apenas 4 concordaram em participar da presente pesquisa; os demais não responderam ao contato realizado via *WhatsApp* e ligação; outros informaram que iriam pensar, pois se sentiam desconfortáveis em falar em um tema tão sensível; e alguns informaram que não tinham interesse em participar da pesquisa.

Cumpre registrar que no momento anterior à entrevista, o pesquisador apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), solicitando a leitura e assinatura do documento a cada um dos participantes da pesquisa que concordam em participar. Os critérios de inclusão foram: homens negros transexuais que se autodeclarem negros (pretos ou pardos), com idade maior de 18 anos. Utilizaram-se os seguintes critérios de exclusão: homens cis, mesmo se autodeclarando negros, e homens com transtornos mentais.

Para a construção dos dados recorreu a um roteiro de entrevista semiestruturado. Segundo Fraser e Gondim[14], a entrevista possibilita compreender os modos de percepção da realidade, possibilitando a compreensão dos atores sociais. Sob esse viés, Boni[15] afirma que a entrevista semiestruturada permite a geração de melhor amostra da população de interesse, ao passo que Minayo[12] esclarece que este tipo de entrevista consiste em uma técnica de construção dos dados, na qual o pesquisador segue um roteiro que visa facilitar a abordagem aos sujeitos da pesquisa, assegurando-se de que, durante a conversa com o entrevistado, não perderá o foco das hipóteses e dos pressupostos teóricos norteadores de sua pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em um ambiente onde fosse possível manter a tranquilidade e a discrição necessárias para o momento, como cafeterias, livrarias, entre outros lugares onde os participantes se sentissem confortáveis, com duração média de 50 minutos cada entrevista. Uma vez assinado o referido Termo, cada participante escolheu seu codinome, sendo eles: Odé, Neutron, Ikorita e Idajo. Garantindo o sigilo dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas, mediante prévia autorização dos entrevistados, sendo integralmente transcritas pelo pesquisador, totalizando a média de 20 laudas por entrevista transcrita, visando preservar o material, mantendo-se a fidelidade às respostas e às informações pertinentes para a pesquisa.

Entende-se que pesquisas qualitativas não priorizam o tamanho da amostra, sendo possível acrescentar ou excluir casos, de acordo com o andamento do trabalho de campo. Vale ressaltar que o pesquisador esclareceu individualmente os participantes a respeito do objeto e dos objetivos do estudo, bem como sobre o direito de cada pessoa de se recusar a participar da pesquisa, além do direito ao posterior cancelamento de sua participação, a qualquer momento, sem que isso implicasse quaisquer prejuízos ou danos. Este estudo está em conformidade com a Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e adere aos princípios fundamentais da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e imparcialidade, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de

Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob Parecer n.º 7.219.851 e CAAE 84017924.3.0000.5260.

A análise dos dados foi realizada por meio do *software* Iramuteq 0.8 alpha7, para processar o corpus textual derivado de quatro entrevistas, apresentando um aproveitamento de 88,56%, resultado que está acima do esperado de 70%. O corpus analisado foi composto por 4 textos, totalizando 568 segmentos textuais, 2.642 palavras diferentes e 19.362 ocorrências, sendo 1.399 delas hapax (palavras que apareceram apenas uma vez). Esses dados introdutórios fornecem uma visão geral das estatísticas do corpus, estabelecendo a base para as análises subsequentes.

Resultados e Discussão

A interseccionalidade e resiliência negra trans abrangem 23,26% do corpus textual e concentram-se nas interseções entre gênero, raça e as experiências de homens trans negros. Palavras como "homem", "preto", "trans", "hormônio" e "mulher" destacam a sobreposição de opressões e lutas enfrentadas por esses indivíduos em uma sociedade estruturalmente discriminatória.

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica fundamental para compreender as múltiplas camadas de opressão que atravessam os corpos negros trans. Conceituada por Kimberlé Crenshaw, ela evidencia que raça, gênero, classe e sexualidade não atuam isoladamente, mas em conjunto, gerando experiências únicas de exclusão e resistência. No contexto do homem negro transexual, a interseccionalidade revela o entrecruzamento das violências raciais e transfóbicas, mostrando como essas dimensões estruturam desigualdades profundas na sociedade[2].

Ao pensar a interseccionalidade sob a ótica da bioética e da filosofia Iorubá, amplia-se a compreensão da existência negra trans para além da dor. Essa perspectiva propõe uma ética do cuidado e da coletividade, onde o "outro" é reconhecido em sua totalidade. O sujeito negro trans, historicamente apagado das narrativas, ressurge como protagonista de sua trajetória, reconstruindo laços e ressignificando o viver em meio às estruturas que o marginalizam. Lembra-se que a libertação do sujeito negro passa pelo reconhecimento do valor da própria experiência e pela construção de espaços de pertencimento. Nesse sentido, a comunidade trans negra cria redes afetivas e políticas que sustentam a vida, enfrentando cotidianamente a violência simbólica e física que tenta aniquilá-la. O coletivo se torna um espaço de cura e reexistência.

O depoimento de Odé ressalta como a combinação de ser trans e negro amplifica os desafios diários, resultando em experiências de violência que são tanto físicas quanto simbólicas. Ele também aponta que, embora homens cis negros enfrentem racismo, os homens trans negros vivenciam camadas adicionais de discriminação associadas à transfobia.

> *"[...] eu sou violentado por ser trans, sou violentado por ser preto, então são duas dores; eu acredito que também, se eu fosse um homem cis, eu ia sofrer, mas eu ia sofrer bem menos do que eu ser um homem trans [...]" (Odé, Bissexual, Parceiro Fixo, Agnóstico, Segundo Grau completo, Barman, Preto).*

Outro ponto central da classe é a dificuldade de comunicação e a falta de redes de apoio sólidas dentro das próprias comunidades marginalizadas. Ikorita aborda como as mulheres negras enfrentam dificuldades ao construir diálogos com outras identidades, mas encontram unidade em pautas específicas, como a transmasculinidade negra. Essa reflexão revela como questões estruturais, como o racismo e a exclusão social, não apenas fragmentam a luta coletiva, mas também dificultam o acesso à educação, à comunicação e ao reconhecimento mútuo dentro de grupos historicamente oprimidos.

> *"[...] mulher preta não constrói com homem preto; mulher preta não constrói com mulher branca, mas mulheres pretas estão juntas na pauta da transmasculinidade preta, que é onde está a dificuldade da negritude no acesso à comunicação, porque a gente não aprendeu a se comunicar [...]" (Ikorita, Bissexual, Parceiro Fixo, Candomblecista, Superior Incompleto, Assessor Parlamentar, Preto).*

Por fim, há também um destaque para momentos de resistência, resiliência e afirmação identitária. Idajo descreve uma cena de homens trans negros participando de um ensaio de escola de samba como um ato de liberdade e celebração, desafiando normas de gênero e beleza. Neutron, por sua vez, reflete sobre os privilégios que conseguiu conquistar, como uma casa e segurança alimentar, enquanto reconhece as dificuldades enfrentadas por outros homens trans que sofrem rejeição familiar.

> *"[...] inclusive no ensaio da escola de samba do Paraíso da Tuiuti nós tivemos muitos homens trans e assim lindo sabe preto retinto barbudo com peito grande sem camisa livre [...]" (Odé, Bissexual, Sem Parceiro Fixo, Candomblecista Segundo Grau completo, Artista Plástico Produtor Cultural, Preto).*

> *"[...] eu sou um homem trans mais hoje mais privilegiado porque eu tenho uma casa eu tenho comida a hora que eu quero então o máximo respeito aos meus que passam pela luta de serem rejeitados pela família [...]" (Neutron, Demissexual, Sem Parceiro Fixo, Católico, Segundo Grau completo, Autônomo, Preto).*

Esses relatos reforçam que, embora as lutas sejam profundas, há também espaços de resistência e autoafirmação que celebram a diversidade e a interseccionalidade.

A análise da identidade de gênero sob a perspectiva da interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw, permite compreender que raça, gênero e classe não atuam isoladamente, mas se entrecruzam na constituição das experiências sociais. Para o homem negro transexual, essa intersecção revela múltiplas camadas de vulnerabilidade e silenciamento. A identidade deixa de ser apenas uma categoria biológica ou social para se tornar um campo de disputa simbólica e política. Nessa tessitura, compreender a vivência trans negra é também compreender os limites e potências das lutas por reconhecimento. É a partir dessa lente que se pode ampliar a discussão ética sobre dignidade, corporeidade e justiça[2].

Discutir interseccionalidade é também discutir a urgência de políticas públicas que contemplem as especificidades da população negra trans. A ausência dessas políticas perpetua a exclusão e a vulnerabilidade. Ao

reconhecer essas intersecções, o Estado e a sociedade são convocados a repensar suas práticas, promovendo uma ética do cuidado e da justiça social que reconheça o direito à diferença e à dignidade humana.

Por fim, a resiliência negra trans é uma celebração da vida. É o corpo que dança, fala, cria e ama apesar das tentativas de silenciamento. É a continuidade da luta ancestral por liberdade, traduzida nas experiências contemporâneas de quem resiste e insiste em existir. A interseccionalidade, nesse contexto, não é apenas uma teoria, mas uma prática de sobrevivência e de reconstrução de um mundo mais justo, plural e humano.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste estudo permite compreender que a experiência de homens negros transexuais não pode ser interpretada a partir de categorias isoladas. Raça, identidade de gênero, condições sociais, pertencimento, espiritualidade e relações comunitárias articulam-se na produção das experiências de vulnerabilidade, discriminação e resistência. Nesse sentido, a interseccionalidade constitui uma importante ferramenta para compreender as especificidades vivenciadas por esses sujeitos, evidenciando que o racismo e a transfobia não atuam de maneira independente, mas se entrelaçam e produzem formas particulares de exclusão e violência.

Os relatos dos participantes evidenciam que ser homem negro transexual implica enfrentar diferentes camadas de violência e discriminação. Entretanto, reduzir essas trajetórias à condição de vulnerabilidade significaria reproduzir uma perspectiva limitada sobre esses sujeitos. Os depoimentos também revelaram experiências de resistência, pertencimento, liberdade, celebração da identidade e construção de redes de apoio. A participação em espaços culturais, comunitários e religiosos aparece como possibilidade de expressão e afirmação da existência, demonstrando que esses corpos não são apenas atravessados pela violência, mas também produzem estratégias de reexistência e reconstrução identitária.

A pesquisa também aponta para a importância da coletividade na experiência dos homens negros transexuais. As redes afetivas, políticas e comunitárias podem constituir espaços de proteção, reconhecimento e fortalecimento diante das situações de exclusão. Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam dificuldades de comunicação e articulação mesmo entre grupos historicamente marginalizados, demonstrando que a construção de alianças exige o reconhecimento das diferenças e das especificidades existentes dentro das próprias comunidades.

Sob a perspectiva bioética, os achados reforçam a necessidade de ampliar os referenciais utilizados para pensar justiça, dignidade, autonomia e cuidado. A incorporação de perspectivas decoloniais e de saberes relacionados à filosofia Iorubá possibilita questionar a hegemonia de modelos ocidentais universalizantes e reconhecer outras formas de compreender o corpo, a identidade, a coletividade e a existência. Nessa perspectiva, uma bioética decolonial pode contribuir para a construção de práticas que reconheçam os sujeitos em sua integralidade e valorizem suas experiências e saberes.

Outro aspecto que emerge do estudo é a necessidade de políticas públicas capazes de reconhecer a especificidade das experiências da população negra transexual. A ausência ou insuficiência de políticas que considerem simultaneamente as dimensões racial e de gênero pode contribuir para a manutenção de processos de invisibilidade e exclusão. Portanto, pensar políticas de cuidado e proteção para essa população requer uma perspectiva efetivamente interseccional, capaz de considerar as múltiplas dimensões que atravessam suas trajetórias.

Por fim, este estudo reafirma que a existência de homens negros transexuais não deve ser compreendida apenas pela perspectiva da vulnerabilidade, mas também pela potência de suas experiências, pela capacidade de resistência e pela produção de novos sentidos para o corpo, a identidade e a vida. A interseccionalidade, quando articulada à perspectiva decolonial e aos saberes afro-diaspóricos, ultrapassa a condição de ferramenta exclusivamente teórica e assume uma dimensão ética e política. Reconhecer essas experiências significa romper com processos históricos de silenciamento e contribuir para uma sociedade na qual a diferença não seja compreendida como motivo de exclusão, mas como dimensão constitutiva da dignidade humana.

Toda pesquisa acadêmica carrega consigo certas limitações que não reduzem sua relevância, mas apontam os contornos de seu escopo e método. No caso deste estudo, as limitações dizem respeito principalmente ao recorte temporal e geográfico, à diversidade das experiências individuais, ao desafio de traduzir conceitos da filosofia Iorubá para a bioética contemporânea e ao reduzido quantitativo de participantes dessa pesquisa. Reconhecer tais aspectos é essencial para dar transparência ao processo científico e abrir espaço para aprimoramentos. Outro limite refere-se ao recorte geográfico brasileiro. Embora o Brasil seja um espaço de ricas dinâmicas sociais e culturais, a análise não abarca experiências de homens trans negros em outros países, que poderiam oferecer comparações enriquecedoras. Pesquisas futuras podem expandir essa dimensão internacional, permitindo identificar semelhanças e diferenças em contextos diversos.

Referências

1. Almeida ML, Oliveira MB. Apresentação do Dossiê - Reflexões sobre os usos da interseccionalidade na América Latina: articulando perspectivas decoloniais. Mediações. 2025;30:e52419. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2025v30e52419
2. Crenshaw K. The urgency of intersectionality [palestra na internet]. TEDWomen; 2016 [citado em 2026 set 14]. Disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality

3. Oyěwùmí O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. In: African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. Dakar: CODESRIA; 2004.
4. Limonta NG. Lesbian resistances: social representations of Afro-descendent lesbian women in Cuba. Caribbean Review of Gender Studies [Internet]. 2020 [citado em 2026 set 14];(14):73-96. Disponível em: https://sta.uwi.edu/crgs/december2020/documents/CRGS_14_Pgs73-96_Limonta_LesbianResistances-final.pdf
5. Pinheiro LAJ. Racismo estrutural e sub-representação negra na política brasileira. Virtuajus. 2023;8(14):269-96. https://doi.org/10.5752/P.1678-3425.2023v8n14p269-296
6. Quijano A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander E, organizador. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO; 2008. p. 227-78.
7. Araujo EM. Mortalidade por causas externas e raça/cor da pele: uma das expressões das desigualdades sociais [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2007.
8. Halberstam J. In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives. New York: New York University Press; 2005.
9. Crenshaw K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. 1985 [citado em 2026 set 14]. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mapeando-asmargens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw
10. Alves MC, organizador. A Matriz Africana: Epistemologias e Metodologias Negras, Descoloniais e Antirracistas. Porto Alegre: Rede Unida; 2020.
11. Tamano LTO. A mestiçagem no microscópio: entre a detração e a particularização, permaneceu a democracia racial. Uma análise de a mestiçagem no Brasil de Arthur Ramos (1930-1950) [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2011.
12. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec; 2012.
13. Menjívar Ochoa M. Interseccionalidades de masculinidad, raza y clase: apuntes para un concepto de masculinidades neocoloniales. Tabula Rasa. 2017;(27):353-73. https://doi.org/10.25058/20112742.455
14. Fraser MTP, Gondim SMG. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia. 2004;14(28):139-52.
15. Boni V, Quaresma SJ. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese. 2005;2(1):68-80.